

## PLANO DE ENSINO

### I. IDENTIFICAÇÃO

<b>Curso:</b> Ciências Econômicas		
<b>Departamento:</b> Departamento de Ciências Econômicas		
<b>Disciplina:</b> Economia Brasileira Contemporânea		<b>Código:</b> 83ECBR
<b>Carga horária:</b> 72 horas	<b>Período letivo:</b> 2026.1	<b>Termo:</b> 8º
<b>Professor:</b> Janaina Führ		
<b>Contato:</b> <a href="mailto:janaina.fuhr@udesc.br">janaina.fuhr@udesc.br</a>		

### II. EMENTA

Plano Real. Política econômica no Brasil. Dívida nacional e carga tributária. Política comercial e a inserção do Brasil no cenário internacional. Emprego e mercado de trabalho. Distribuição de renda. Transição demográfica e reforma previdenciária. O custo Brasil. Problemas de infraestrutura. Diferenças econômico-regionais. Economia informal.

### III. OBJETIVOS

**Objetivo geral:** Fornecer condições para a compreensão do ciclo e do crescimento econômico brasileiro recente a partir da aplicação de conceitos macroeconômicos à análise do processo histórico recente.

**Objetivos específicos:**

- a) Política econômica: detalhar os fundamentos das ações de política econômica desde os antecedentes do Plano Real até o período recente.
- b) Questões estruturais: dívida pública e a carga tributária; fundamentos da inserção do Brasil na economia globalizada; mercado de trabalho e produtividade da mão de obra; transição demográfica, previdência social e distribuição de renda; custo Brasil; Infraestrutura; diferenças e convergência regional.

### IV. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Antecedentes do Plano Real
2. Implantação do Plano Real – 1º. FHC
3. Política econômica com âncora cambial
4. Reestruturação industrial, montagem do aparato redistributivo
5. Crise do Balanço de Pagamentos de 1999 e o novo tripé de política econômica
6. Política econômica no Governo Lula
7. Política econômica no governo Dilma
8. Dívida pública e a carga tributária
9. Fundamentos da inserção do Brasil no cenário internacional
10. Mercado de trabalho e produtividade

- 11. Transição demográfica, previdência social e distribuição de renda
- 12. Infraestrutura
- 13. Desigualdades Regionais.

## **V. METODOLOGIA DE ENSINO**

A disciplina será conduzida sob a forma de exposição dialogada, com apresentação de conteúdo por parte do professor e discussão em conjunto com os alunos.

## **VI. SISTEMA DE AVALIAÇÃO**

A avaliação para aproveitamento da disciplina será constituída por:

- Duas provas, com peso de 35% cada;
- Outras atividades avaliativas, com peso total de 30%.

Não alcançando a qualificação mínima exigida, o aluno será submetido a um exame final. Alunos com frequência inferior a 75% da carga horária serão considerados reprovados.

### **Observações:**

#### 1) Observação sobre normas e formas de avaliação

Em caso de alteração nas normativas da UDESC, poderão ser adotadas diferentes formas de avaliação, sempre em conformidade com os calendários e as normas vigentes, bem como com as condições institucionais da Universidade.

#### 2) Observação sobre utilização de IA na disciplina

O uso de ferramentas de Inteligência Artificial será permitido exclusivamente para fins de revisão gramatical, formatação de textos e tradução inicial, desde que haja posterior revisão pelo(a) estudante. É proibida a utilização de Inteligência Artificial como fonte primária para obtenção de conteúdo, para elaboração de respostas em provas ou para a redação de trabalhos acadêmicos, bem como a simples reprodução (copiar e colar) de conteúdo gerado por essas ferramentas.

**DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA:** Todo uso de IA deve ser explicitamente declarado, incluindo ferramenta, finalidade e processo de revisão aplicado.

## **VII. INFORMAÇÕES SOBRE REALIZAÇÃO DE PROVA DE 2ª CHAMADA**

A Resolução nº 021/2025 - CEG regulamenta o processo de realização de provas de segunda chamada.

Segunda esta resolução, o acadêmico regularmente matriculado que deixar de comparecer a qualquer das avaliações nas datas fixadas pelo professor, poderá solicitar segunda chamada desta avaliação através de requerimento por ele assinado, via sistema de gestão acadêmica, ou por representante legal, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de realização da avaliação, sendo aceitos pedidos, devidamente comprovados e que se enquadrem em uma das seguintes situações:

I - Problema de saúde do aluno ou parente de 1º grau, devidamente comprovado, que justifique a ausência;

II - Ter sido vítima de ação involuntária provocada por terceiros, comprovada por Boletim de Ocorrência ou documento equivalente;

III - Manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;

IV - Luto, comprovado pelo respectivo atestado de óbito, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuge ou companheiro (a), com prazo de até 8 (oito) dias corridos após o óbito;

V - Convocação, coincidente em horário, para depoimento judicial ou policial, para convocações do Tribunal do Júri, ou para eleições em entidades oficiais, devidamente comprovada por declaração da autoridade competente;

VI - Impedimentos gerados por atividades previstas e autorizadas pela Chefia de Departamento do respectivo curso ou instância hierárquica superior, comprovada através de declaração ou documento equivalente;

VII - Direitos outorgados por lei;

VIII - coincidência de horário de outras avaliações do próprio curso, comprovada por declaração da chefia de departamento;

IX – Convocação para competições oficiais representando a UDESC, o Município, o Estado ou o País;

X – Convocação pelo chefe imediato, no caso de acadêmico que trabalhe, em documento devidamente assinado e carimbado, contendo CNPJ da empresa ou equivalente, acompanhado de documento anexo que comprove o vínculo empregatício, como cópia da carteira de trabalho ou do contrato ou de documento equivalente.

Leia a resolução na íntegra na página da Secretaria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão: <https://secon.udesc.br/consuni/camaras/ceg/resol/2025/021-2025-ceg.pdf>

## VIII. BIBLIOGRAFIA

### Básica

ABREU, M. (org.) P. **A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

BARROS, O.; GIAMBIAGI, F. (org.) **Brasil Globalizado.** Campus, Elsevier, 2008.

GIAMBIAGI, F.; BARROS DE CASTRO, L.; VILLELA, A.; HERMANN, J. **Economia Brasileira Contemporânea**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

GIAMBIAGI, F. e MOREIRA, M.M. (org.) **A Economia Brasileira nos anos 90**. BNDES, 1999.

LANZANA, A. E. T. **Economia Brasileira: fundamentos e atualidade**. 3ª. ed., Atlas, 2005.

### **Complementar**

ALBUQUERQUE, E. M. Brazil and the middle-income trap: its historical roots. **Seoul Journal of Economics**, v. 32, p. 23-62, 2019.

ARANTES, F.; LOPREATO, F. L. C. O novo consenso em macroeconomia no Brasil: A política fiscal do plano real ao segundo governo Lula. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 21, n. 3, p. 1-34, set-dez, 2017.

BLANCHARD, Olivier. Fiscal Dominance and Inflation Targeting: Lessons from Brazil, **NBER Working Paper** No. 10389, 2004.

AREND, M.; FONSECA, P. C. D. Brasil (1955-2005): 25 anos de catching up, 25 anos de falling behind. **Revista de Economia Política** (Impresso), v. 32(1), p. 33-54, 2012.

BARBOSA FILHO, F. H. A crise econômica de 2014/2017. **Estudos Avançados**.2017, vol.31, n.89. <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>

CARNEIRO, R. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff. In: CARNEIRO, R.; BALTAR, P.; SARTI, F. **Para além da política econômica**. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

ERBER, F. As convenções de desenvolvimento no governo Lula: um ensaio de economia política. **Revista de Economia Política**, vol. 31, nº 1 (121), pp. 31-55, janeiro-março/2011.

FIRPO, S.; PIERI R. 2017. Structural Change, Productivity Growth, and Trade Policy in Brazil. Chapter 7 in **Structural Change, Fundamentals, and Growth: A Framework and Case Studies**. ed. by Margaret McMillan, Dani Rodrik, and Claudia Sepulveda. International Food Policy Research Institute (Washington, D.C.).

FONSECA, P. C. D. ; AREND, M ; GUERRERO, G. A . Growth, Distribution, and Crisis: The Workers Party Administrations. **Latin American Perspectives**, v. 47, p. 65-82, 2020.

GIAMBIAGI, F.; ALÉM, A. C. **Finanças públicas: teoria e prática no Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011.

IZERROUGENE, B. “Macroeconomia da Previdência Social”. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 31-46 2009.

LACERDA, A.C., BOCCHI, J. I.; REGO, J. M.; BORGES, M.A.; MARQUES, R.M. **Economia Brasileira**. 3ª. ed. Ed. Saraiva. 2006.

PEREIRA, Lia Vals “Saldos comerciais por setores: o que mudou?” **Conjuntura Econômica**, vol. 16, dezembro de 2010.

PIRES, M., BORGES, B. e BORÇA Jr, G. (2019). Por que a recuperação tem sido a mais lenta de nossa história. **Brazilian Keynesian Review**, 5(1): 174-202.

SALTO, F.; ALMEIDA, M. **Finanças públicas**: da contabilidade criativa ao resgate da credibilidade. Rio de Janeiro: Record, 2016.

SINGER, A. (2020). The Failure of Dilma Rousseff's Developmentalist Experiment: A Class Analysis. **Latin American Perspectives**, 47(1), 152–168.

SICSU, João. (2019). BRASIL: é uma depressão, não foi apenas uma recessão. **Revista de Economia Contemporânea**, 23(1), e192312. Epub April 15, 2019.

VELOSO, F.; FERREIRA, P. C.; GIAMBIAGI, F.; PESSÔA, S. **Desenvolvimento econômico**: uma perspectiva brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013

\*Bibliografias auxiliares poderão ser indicadas durante o semestre.